



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 03.06.2016**

3 No terceiro dia do mês de junho de 2016, às 10h30min, no auditório localizado no piso térreo do
4 edifício situado à Rua Angélica 100, Jardim das Flores, em Osasco/SP, realizou-se Reunião
5 Ordinária da Congregação da EPPEN, *campus* Osasco da UNIFESP, sob a presidência da Diretora
6 Acadêmica, Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic. Contou com a participação do Vice-Diretor, Prof.
7 Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa, somente ao final da sessão, depois de retornar de reunião na Reitoria
8 e da Diretora Administrativa, Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz, durante toda o tempo.
9 Compareceram, também: os coordenadores de curso de graduação: de Administração, Prof. Dr. Luis
10 Hernan Contreras Pinochet; de Ciências Atuariais, Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda; de Ciências
11 Contábeis, Profa. Dra. Nena Geruza Ceij; de Ciências Econômicas, Prof. Dr. Fábio Alexandre dos
12 Santos; do Eixo Multidisciplinar, Profa. Dra. Claudia Moraes de Souza; de Relações Internacionais, a
13 vice-coordenadora, Profa. Dra. Marina Gusmão de Mendonça. Também as coordenadoras: do NAE,
14 Profa. Dra. Ismara Izepe de Souza e da Câmara de Extensão, Profa. Dra. Cintia Rejane Möller de
15 Araújo. Bem como os representantes: dos docentes: Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira Filho,
16 Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari, Prof. Dr. Douglas Mendosa, Prof. Dr. Fabio Luis Barbosa dos
17 Santos, Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto e Profa. Dra. Nildes Pitombo Leite; dos TAEs: Sr.
18 Ricardo Vieira Bertoldo e Sra. Rosangela Rocha da Silva. Justificaram ausência: o representante
19 discente, Sr. Luiz Henrique Costa da Silva, por estar realizando prova e o coordenador do Programa
20 de Mestrado Profissional GPOP, Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno, por estar em sala de aula,
21 além da Profa. Dra. Karen Fernandez Costa que, por estar participando de banca examinadora,
22 seria representada pela vice-coordenadora de seu curso de graduação. A Profa. Luciana inaugurou a
23 sessão às 10h46min saudando os presentes e inaugurou os trabalhos apresentando duas solicitações,
24 ambas relativas à **ORDEM DO DIA**, primeiramente, **excluindo da pauta o seguinte ponto:**
25 **(4) SUB-CPA - Homologação de alteração da composição da CPA local, sub-CPA/campus**
26 **Osasco** - Explicando que a vice-coordenadora do curso de Relações Internacionais teria solicitado o
27 seu desligamento da referida comissão. No entanto, esclareceu que a solicitação fora adiada até que
28 nova representação do curso de RI fosse indicada e a respectiva aprovação encaminhada. A Profa.
29 Luciana também recordou que à época em que ela própria participara da CPA Central *Pro Tempore*
30 ela tinha trazido a sugestão de que o *campus* Osasco indicasse três docentes para compor a comissão
31 local. No entanto, por preferência dos coordenadores, ficara estabelecido que todas as coordenações
32 de curso de graduação/eixo multidisciplinar estariam representadas. Assim, a sub-CPA local tinha
33 sido formada com a participação de um representante de cada, três servidores TAEs e três
34 representantes discentes, sendo dois de graduação e um de pós-graduação. **Então, a presidente**
35 **sentenciou o cancelamento desse item.** Em seguida, apresentou o pleito da Empresa Júnior que



36 solicitava a troca de box na sala 317. Ela explicou que a Eppen Jr já havia solicitado mais espaço, no
37 entanto, por ocasião da alteração da distribuição de salas do terceiro piso, a Congregação havia
38 votado favoravelmente à proposta elaborada pela Divisão de Infraestrutura que não contemplava a
39 ampliação do espaço como reivindicado. Assim, a Eppen Jr reapresentava o pedido propondo uma
40 troca simples de um box na sala 317: do menor (o primeiro) para o maior (o último). **Os membros**
41 **concordaram com a inclusão do tema como último ponto de pauta, se tornando, assim, item (6).**
42 **INFORMES** – A presidente tratou, primeiramente, dos **Informes da Diretoria Acadêmica:**
43 ▪ **Congresso Acadêmico Unifesp** – Lembrou que de segunda a quinta-feira da semana posterior
44 estaria acontecendo o evento em São Paulo e, pelo segundo ano consecutivo, ficara determinada a
45 suspensão das aulas para que os estudantes possam participar. Acrescentou que na sexta-feira e no
46 sábado as aulas serão retomadas normalmente. E, continuou dizendo que, logo na segunda-feira
47 seguinte, dia 13, seria feriado municipal e, novamente, as atividades letivas estariam suspensas.
48 ▪ **Cantina** – Ela anunciou o novo contrato iniciado ainda no dia anterior. Relembrou o lamentável
49 episódio da pomba que fora fotografada no restaurante universitário no ano anterior, culminando
50 com a visita da Vigilância Sanitária que exigira que a comida não fosse mais produzida no *campus*,
51 mas feita em local mais adequado e transportada até o *campus*. A empresa anterior não se interessou
52 em renovar, visto ser de São José dos Campos e, portanto, sem condições de cumprir a determinação
53 da Vigilância Sanitária. Assim, procedeu-se nova licitação que acabou atrasando por conta de uma
54 das participantes ter entrado com liminar na justiça. Por fim, com a entrada da nova licitada, a
55 mesma que fornece para o *campus* São Paulo, o preço fora alterado de R\$ 9,40 para R\$ 10,70.
56 Mencionou que, provisoriamente, a nova empresa não dispunha de máquina para processamento de
57 cartões de crédito, portanto, por alguns dias estaria recebendo somente pagamentos em dinheiro.
58 ▪ **Novo Contrato para Serviços de Limpeza** – Informou que, depois de cinco anos, o contrato com
59 a empresa anterior tinha sido prolongado por mais três meses e, ao final dessa extensão, o novo
60 documento, de difícil elaboração, tinha sido finalmente assinado e já se encontrava em vigor.
61 ▪ **Vendas Irregulares nas dependências do *campus*** – A Diretora alertou que vinham sendo
62 reportadas vendas irregulares de alimentos, principalmente doces, e até mesmo roupas nas
63 dependências do *campus*. Comunicou que a empresa licitada para a cantina tinha se incomodado com
64 as vendas de doces, que afetam diretamente os seus negócios, estes totalmente regulares, objeto de
65 licitação. Solicitou a observância e divulgação desse impedimento legal e anunciou que a atuação da
66 diretoria vinha sendo de caráter informativo. Por fim, a Profa. Luciana assegurou que intensificaria
67 as medidas de esclarecimento a fim de evitar denúncia da irregularidade ao Ministério Público.
68 ▪ **Orçamento (Empenho)** – A presidente, lembrando o combinado que qualquer decisão relativa
69 ao orçamento do *campus* seria compartilhada com o colegiado, disse que os contratos já estão muito
70 reduzidos, e que o orçamento foi contingenciado em 20%, cobrindo, portanto, as despesas somente
71 até o mês de agosto. Lamentou que se a situação do ano anterior se repetisse, seria possível



72 equacionar as contas até novembro. No entanto, informou que o recurso PNAE também já estava
73 esgotado. Explicou que novo Ministro da Educação ainda não tinha recebido os reitores das escolas
74 de ensino superior públicas e que, até o momento, somente a ANDIFES tinha estado com ele.
75 ▪ **Financeiro (Custeio)** – A Profa. Luciana quis informar a gravidade da situação e compartilhou
76 que naquele mesmo horário ocorria em São Paulo a reunião do Comitê de Crise, da qual o Prof.
77 Zorzenon participava. Declarou que, havendo necessidade de tomada de decisão, de acordo com
78 resultados do comitê, seria agendada sessão extraordinária. **Informes da Diretoria Administrativa:**
79 ▪ **Orçamento** – A Sra. Juliana complementou que, apesar de bastante enxutos, ainda tinha sido
80 possível obter resultados positivos renegociando contratos, como o de limpeza, que tinha sido
81 reduzido em 15%, e, também, como o da base de dados que, ao ter a classificação do item alterada
82 de custeio para patrimônio (como já tinha sido feito com a *ProQuest* e fora repetido com a
83 *Economática*). A contabilista explanou que tal manobra, simples e sem impactos para a qualidade
84 dos serviços, foi possível reduzir as despesas mensais do *campus* em aproximadamente 10%.
85 ▪ **Reprografia** – Solicitou que os coordenadores recomendassem aos seus docentes a utilização da
86 empresa de reprografia em vez de produzir cópias nas impressoras de aluguel instaladas pelo
87 *campus*. Salientou o alto custo dessas impressões, R\$ 0,30 colorida e R\$ 0,10 p/b, e, por outro lado,
88 destacou a permanência de crédito junto à empresa de reprografia. Avisou que mesmo se esgotada
89 a cota individual, o setor administrativo deve ser consultado, pois, sempre há excedentes que podem
90 ser remanejados. A Profa. Claudia Tessari sugeriu que fosse encaminhada mensagem de
91 esclarecimento para os docentes, com instruções sobre as melhores práticas e alertando sobre os custos.
92 ▪ **Outra Economias** – Solicitou maiores esforços no sentido de economizar água e energia elétrica.
93 ▪ **Novos Servidores para o Corpo Técnico** - Comemorou a chegada de novos servidores:
94 assistente administrativo, técnico em segurança do trabalho, engenheiro elétrico e contador.
95 ▪ **Novo Horário de Funcionamento da Divisão de Recursos Humanos** – Noticiou que desde o
96 mês de abril o RH estendeu o horário de atendimento para até as 17 horas e que o turno será ainda
97 mais ampliado em breve, de modo a melhor atender os docentes. Assinalou que a previsão é de a
98 divisão trabalhar até às 18 horas, uma vez que a Sra. Patrícia da Silva Oliveira, servidora
99 anteriormente lotada no setor de contratos, agora reforça o quadro da divisão de Recursos Humanos.
100 Então, a Profa. Luciana retomou a palavra para completar os **Informes da Diretoria Acadêmica:**
101 ▪ **Bituqueiras** – Ela anunciou a compra de duas bituqueiras que foram colocadas na entrada
102 do pátio, em razão de os cigarros jogados na valeta terem entupido os encanamentos repetidas vezes.
103 ▪ **Sistema VOIP** – Também anunciou a colocação de terminais VOIP nos primeiro e segundo
104 andares para facilitar a comunicação das salas de aula com a zeladoria, segurança, serviços
105 de limpeza e divisão de TI. Informou que os terminais telefônicos não fazem ligações externas.
106 ▪ **Novos Servidores(as)** - Anunciou a chegada da Sra. Ana Paula (sic), que veio removida do
107 *campus* Guarulhos e agora integra a secretaria acadêmica. Informou que a assistente administrativa



108 vai trabalhar no período tarde/noite. Acrescentou que chegará outra nova assistente que será alocada
109 na diretoria acadêmica, mas, uma vez que comporá o setor com os demais secretários, também
110 cobrirá o período da noite. Explicou o intuito de ela também ajudar no atendimento aos professores.
111 ▪ **Chefias de Departamento** – Por fim, lembrou que a Congregação deverá aprovar as chefias dos
112 departamentos na reunião do mês de julho. Então, concedeu a palavra ao Prof. Fábio Luís para o
113 **Informe Adunifesp** – O professor compartilhou a notícia de que o PL257 continua tramitando, n
114 entrou em votação mas não foi votado. PL 257 é a que congela o orçamento das universidades e das
115 carreiras. N há progressão ou contratação. São 3 gatilhos mas o sentido geral afeta sobremaneira o
116 funcionalismo público federal. Explicou existir o entendimento de que será difícil conseguir o
117 reajuste de salários previsto para agosto, da ordem de 5%. Além da precarização das universidades e
118 da carreira docente, essas medidas têm como consequência o caminho facilitado para a privatização,
119 forçar os servidores a procurarem formas alternativas de remuneração, em especial os professores, e
120 fragilizar as relações de trabalho, colocando em risco a autonomia da universidade pública como a
121 conhecemos hoje. O professor defendeu que a paridade, aprovada recentemente na Unifesp, pode ser
122 um marco para a união dos servidores em defesa da universidade e deve ser muito valorizada, apesar
123 de ainda moderada, considerada apenas para as consultas. O Prof. Fábio terminou recomendando a
124 leitura do boletim da associação que, além da paridade, aborda o plano de carreira, com gráficos que
125 sintetizam o interesse dos professores. Então, a presidente deu início à **ORDEM DO DIA:**
126 **1) Abertura de concurso público da área de Ciências Econômicas – subárea: Economia**
127 **Matemática** – O Prof. Fábio Alexandre informou que a vaga aberta era resultado da pactuação com
128 a Reitoria assinada em maio último. Explicou que o conselho do curso havia deliberado que a área
129 mais necessitada naquele momento era a quantitativa e, assim, solicitavam abertura do concurso de
130 Economia Matemática, para jornada semanal de 40 horas, em regime de dedicação exclusiva.
131 Assinalou a preocupação de não terem essa vaga recolhida, dado o cenário político que se avizinha.
132 O Prof. Murilo, com o intuito de aprender com a experiência de seus pares, quis saber o motivo de
133 haver um item do edital sem preenchimento, ao que o seu colega explicou tratar-se da Prova Prática
134 que não faz parte da avaliação do curso. Também perguntou sobre a pontuação mais alta (10 pontos)
135 para orientação de TCC em comparação com orientação de mestrado e/ou doutorado (1 ponto). O
136 Prof. Fábio respondeu que a tentativa era equilibrar as chances dos candidatos mais jovens e menos
137 experientes que ainda não tenham avançado nas orientações. A Profa. Cláudia, apesar de entender a
138 avaliação do curso, também achou haver muita discrepância na pontuação, mesmo considerando tal
139 critério. Em sua opinião, a melhor estratégia seria atribuir baixa pontuação a tudo de modo que
140 nenhuma experiência fique de fora ou seja prejudicada. A Profa. Luciana explicou que o caráter
141 técnico da tabela de pontuação era solicitação do Ministério Público para evitar que a subjetividade
142 da arguição seja determinante na escolha de candidatos e que os cursos e a Comissão de Bancas se
143 encarregavam de averiguar a pertinência da distribuição da pontuação. A Profa. Cintia quis saber



144 sobre a pontuação atribuída à extensão e sugeriu que essa fosse estimulada também nesses editais de
145 concurso para provimento de professor. A Profa. Mariana Gusmão, por sua vez, entendeu que o mais
146 importante é estar seguro do perfil desejado. O curso que busca o melhor currículo, não precisa
147 elaborar provas, pois, a titulação será suficiente para apontar o vencedor. O Prof. Fábio Luis, apesar
148 de discordar da baixa pontuação para orientação de mestrado e/ou doutorado e tender a concordar
149 com o entendimento da Profa. Cláudia, no sentido de atribuir pontos a todas as experiências, disse
150 respeitar a autonomia do curso e sugeriu a atribuição de algum valor para a experiência em gestão.
151 Encerrou dizendo que das bancas que tinha participado até então, em nenhuma delas o melhor *Lattes*
152 correspondeu ao melhor candidato. O Prof. Fábio Alexandre, primeiramente, explicou aos membros
153 que a coordenação vinha calculando essa tabela desde os concursos anteriores, em especial o de
154 Economia Financeira. Deixou claro que a intenção tinha sido de equilibrar, porém, lamentava não
155 terem conseguido fazê-lo da melhor forma possível e, portanto, entendia ser a Congregação
156 soberana, podendo alterar se assim julgasse necessário. Então, propôs distribuir os doze pontos
157 igualmente entre orientações de TCC, Mestrado e Doutorado. Com relação à sugestão de
158 atribuir pontos à experiência em gestão, ele explicou não contemplar o perfil desenhado pelo curso
159 naquele momento. Consultados em regime de votação, **os conselheiros aprovaram a abertura de**
160 **concurso público da área de Ciências Econômicas - subárea: Economia Matemática, alterando**
161 **a tabela de pontuação que deverá atribuir quatro pontos para cada um dos itens de orientação:**
162 **TCC, Mestrado e Doutorado, totalizando doze pontos.** A presidente recomendou que os cursos
163 que ainda tenham vagas em aberto – notadamente Ciências Contábeis e Atuariais - que estudem
164 rigorosamente a tabela de pontuação, a qual, reconhecidamente, não é de fácil preenchimento.
165 **2) Homologação do PPC do curso de Ciências Atuariais** – Não estando a coordenação do curso
166 presente e nem qualquer conselheiro se prontificou a falar, a presidente pediu para ficar registrado
167 que depois de ter sido apreciado pela Câmara de Graduação e Congregação, o documento de
168 Ciências Atuariais tinha sido objeto de vários apontamentos por parte da ProGrad e, assim, retornado
169 às mãos do Prof. Ikeda que providenciou as correções e, então, foi novamente submetido aos
170 pareceristas (a própria Profa. Luciana, Prof. Murilo e Profa. Heloisa). Ela disse que os pareceristas
171 entenderam que tanto as solicitações da ProGrad quanto as recomendações dos pareceristas tinham
172 sido atendidas e novamente submetido e aprovado pela Câmara de Graduação no dia 13 de maio
173 último. Ela lembrou que o documento que o colegiado deveria homologar necessitava ser
174 reencaminhado à ProGrad para ser submetido ao Conselho de Graduação e, finalmente, ser inserido
175 no *website* até, o mais tardar, 15 de setembro, quando da visita do MEC. A Profa. Cláudia Tessari foi
176 a primeira a se manifestar e se certificar de que o coordenador, assim como todos os outros
177 conselheiros, estava ciente de que aquele importante assunto estava pautado. Defendendo a não
178 homologação do documento sem a presença do coordenador, ela lembrou as várias ocasiões em
179 que o mesmo assunto tinha sido tratado sem que ele estivesse presente. A professora recapitulou o



180 processo desgastante em que o documento fora longamente discutido sem que o coordenador tivesse
181 feito a apresentação do documento de seu curso, como fizeram todos os(as) demais
182 coordenadores(as). Lembrou as ausências em sessões da Câmara de Graduação e outras ocasiões em
183 que ele deixara de se manifestar, deixando para outras pessoas defenderem os interesses do curso e
184 de seus alunos. Sugeriu que o documento não fosse submetido a análise por falta de quem o
185 apresentasse. A Profa. Claudia Moraes corroborou a proposta da colega, dizendo que o coordenador
186 sequer tinha comparecido à sessão extraordinária agendada exclusivamente para tratar daquele
187 documento, na qual seriam apresentados os pareceres e sugestões elaborados pelos membros. Diante
188 dessa frustrada ocasião de diálogo acerca daquele importante documento, os coordenadores dos
189 demais cursos solicitaram da direção medida administrativa por conta desse comportamento
190 considerado desrespeitoso ao órgão. A professora disse entender que a ausência do coordenador
191 também ali no colegiado máximo, ratificava a sua postura pouco solidária e pouco democrática em
192 relação aos colegiados do *campus*. Ela também se manifestou a respeito do documento propriamente
193 dito, o qual considerava em desacordo com solicitação do Eixo Multidisciplinar de fazer parte do
194 Núcleo Docente Estruturante. A coordenadora apontou que, após várias recusas, a inclusão do nome
195 do Prof. Álvaro Machado Dias se deu de forma arbitrária e não pela indicação do próprio eixo que,
196 como de praxe, deveria proceder a escolha em âmbito interno. Ela disse que o fato de o representante
197 do Eixo Multidisciplinar no NDE de Ciências Atuariais ter sido escolhido pelo próprio coordenador
198 desse curso sobrepunha, uma vez mais, os colegiados do *campus*. A Profa. Nildes concordou com as
199 falas das colegas e disse que todos haviam se debruçado sobre o documento em várias reuniões e,
200 portanto, homologar o documento sem qualquer representação do curso de Atuariais, seria um
201 desrespeito a todos. O Prof. Fábio Luís, por sua vez, considerou um desrespeito à universidade. Ele
202 disse entender que tal postura demonstra total incompreensão do que é uma universidade pública.
203 Lembrou a sequência de irresponsabilidades no processo de constituição daquele documento citando
204 o último deles em que o coordenador chegara ao último momento, criando uma situação de urgência,
205 constringendo os conselheiros. Desabafou dizendo que o curso de Atuariais vinha defendendo a
206 necessidade de contratação de pessoas de mercado justificando, assim, o desinteresse em regime de
207 dedicação exclusiva o que, na opinião do professor, apontava para um curso técnico. Assim, entendia
208 haver uma dissintonia com a compreensão sobre o que é a universidade pública, comprometida com
209 a produção do conhecimento em todas as suas dimensões: docência, pesquisa e extensão. Ele disse
210 ter dado seguidos votos de confiança ao curso, anunciado como sendo estratégico para o Brasil do
211 futuro, mas, diante dos desdobramentos, sentia-se ultrajado. Então, a Profa. Luciana se pronunciou
212 dizendo que, enquanto pareceristas, ela e os demais tinham conferido o documento à luz das
213 solicitações apresentadas, não tendo como saber que o nome do Eixo Multidisciplinar constante do
214 NDE não era indicação do próprio setor. Também concordou ser fundamental a presença do
215 coordenador e outros representantes do curso naquele importante momento e lembrou que, caso o



216 documento não fosse aprovado naquela data, uma sessão extraordinária seria convocada. Os
217 conselheiros, contrariados com tal possibilidade, e considerando que todos os esforços e
218 contribuições dos colegas não tinham sido valorizados, julgaram que agendar mais uma sessão sob o
219 risco do não comparecimento de alguém do curso parecia inapropriado. A presidente explicou que a
220 convocação, talvez, tivesse de ser feita, ainda que os conselheiros optassem por não comparecer.
221 Defendeu o trabalho já executado até ali, especialmente o dos pareceristas, que, sob a ótica formal,
222 poderia ser homologado. A Profa. Marina Gusmão, apesar de desconhecer os reais motivos,
223 concordou tratar-se de postura desrespeitosa e disse lhe parecer uma atitude deliberada, como
224 tentativa de forçar a aprovação sem questionamentos. E se, de fato, assim fosse, de nada adiantaria
225 adiar a homologação. Na opinião da professora, era preciso decidir até quando os conselheiros
226 estariam dispostos a aguardar e se pensariam em algum tipo de repreensão. O Prof. Fábio Luís
227 defendeu que a questão deixava de ser tão somente o documento em si e se evidenciava a postura
228 contraditória com os demais cursos e com a construção de um ambiente acadêmico saudável. Em sua
229 opinião, o curso desprezava sistematicamente as formas de funcionamento e organização da
230 universidade e os conselheiros acabavam sendo coniventes, portanto, disse que voltaria a ser
231 contrário como já tinha sido anteriormente. O Prof. Murilo explanou que o seu parecer favorável à
232 aprovação tinha se baseado no cumprimento das recomendações feitas ao curso. No entanto,
233 considerando as repetidas ausências, se posicionava contrário à homologação. O Prof. Hernan
234 defendeu que a homologação do documento - já apreciado e aprovado por pareceristas - era o ponto
235 de pauta e a razão de estarem ali. Com relação a ausência do Prof. Ikeda, ele entendia que poderia ser
236 compensada pelo vice-coordenador ou outro representante, também ausentes. Concordou plenamente
237 que o curso deva estar representado em qualquer situação e não somente sobre a questão do PPC,
238 mas, se mostrou favorável à homologação do documento que precisava seguir os demais trâmites e
239 prazos de modo a não comprometer a formação dos alunos. Sugeriu, pois, que as coisas fossem
240 tratadas separadamente, sem prejuízo aos alunos que precisavam se formar. A Profa. Claudia Tessari
241 quis discorrer sobre a ponderação do Prof. Hernan e, então, explicou que a decisão favorável à
242 aprovação daquele mesmo documento em momentos anteriores havia sempre levado em
243 consideração o bem dos alunos. Portanto, justificava sua posição contrária agora uma vez que a
244 própria coordenação não demonstrava consideração pelos alunos ou pelos colegas que se esforçavam
245 em sessões extraordinárias cujas ausências sequer eram explicadas. O Prof. Fábio Luís completou
246 falando sobre a sensação de desprezo pelas instituições revelado pela coordenação daquele curso
247 durante todo o processo de construção do PPC. Encerrou dizendo que se a ideia do curso é fazer algo
248 autônomo, então, a universidade pública não parecia ser o melhor contexto para o curso estar
249 inserido. Por fim, foi a vez da Profa. Ismara pedir esclarecimento sobre os impactos para os alunos
250 em caso de não aprovação. Ela quis saber quando poderiam se formar aqueles alunos caso o PPC
251 fosse rejeitado. A presidente disse não saber exatamente, mas que poderia consultar a ProGrad. A



252 Profa. Claudia Tessari arriscou dizer que o prazo seria aquele da inserção dos dados no e-MEC, ao
253 que a Profa. Luciana disse ser setembro daquele ano. Então, a Profa. Ismara se preocupou com a
254 repetida justificativa de não prejudicar os alunos, pois, entendia que, com a intenção de preservar os
255 estudantes da primeira turma, era possível estarem incorrendo no comprometimento de alunos
256 futuros, pois, a aprovação de um documento que ainda tivesse lacunas importantes, como a devida
257 valorização do eixo comum poderia ter impactos ainda maiores. Já encerradas as inscrições, a
258 presidente registrou a presença do coordenador do curso de Ciências Atuariais que acabava de
259 adentrar ao recinto. Nesse momento, antes mesmo de qualquer consulta, a Profa. Claudia Moraes
260 pediu esclarecimento sobre a possibilidade de se colocar em votação um documento com o qual o
261 Eixo Multidisciplinar discordava que fazia constar um representante que não havia sido indicado
262 pelo setor. A Profa. Nena opinou que, talvez, a indicação tivesse ocorrido na gestão anterior, ao que a
263 coordenadora disse não ser possível, pois, o PPC vinha sendo trabalhado da forma já amplamente
264 exposta e o eixo comum só tinha sido incluído no NDE mediante solicitação dos pareceristas.
265 **Assim, mesmo sem o Prof. Ricardo Ikeda ter solicitado a palavra, a presidente consultou**
266 **os conselheiros se estes gostariam de ouvir o coordenador que acabara de chegar. No**
267 **entanto, em regime de votação, os conselheiros foram contrários. Em seguida, a presidente**
268 **consultou os membros sobre a decisão de colocar ou não o PPC do curso de Ciências Atuariais**
269 **para ser homologado naquela mesma sessão e, por maioria dos votos, ficou decidido que o**
270 **documento não seria submetido naquele momento. A presidente, então, recomendou que a**
271 **coordenação do curso de Ciências Atuariais tomasse conhecimento das motivações dos**
272 **conselheiros que culminaram com tais deliberações e, também, das questões ali levantadas**
273 **para que, em futuro próximo, o importante documento possa, finalmente, ser homologado.**
274 **3) Recomendações da Procuradoria sobre equipamento de vigilância** – A presidente lembrou
275 que o assunto era bastante antigo e tinha se iniciado por ocasião de furtos ocorridos no *campus* e teve
276 seu ponto mais alto quando do caso dos projetores furtados das salas de aula que, então, foram objeto
277 de abertura de processo que, ao ser encaminhado à Reitoria, retornara com a sugestão de instalação
278 de câmeras de segurança nos corredores do *campus*. A Profa. Luciana explicou que tal decisão
279 deveria ser tomada coletivamente e por essa razão tinha sido pautada para apresentação ao colegiado.
280 Então, passou a palavra à Diretora Administrativa que lembrou que a instalação de “gaiolas” para
281 os projetores nas salas de aula já contava como uma das medidas preventivas. No entanto, os casos
282 dos projetores não eram os únicos, visto já terem ocorrido outros tantos, como furto de computadores
283 e de material do almoxarifado. A Sra. Juliana explicou que a cada situação é aberta sindicância, que
284 passa pela Procuradoria Regional Federal, que acabou por recomendar a instalação de câmeras de
285 vigilância para tornar possível a identificação de suspeitos. A recomendação chegou às mãos da
286 Magnífica Reitora que a repassou para o *campus* Osasco. Diante dessa recomendação, foi aberto
287 processo para estudar sua viabilização, contendo pesquisa de preço, e o comparativo entre compra e
288 aluguel desse tipo de sistema. Nesse momento, o Prof. Fabio Luís quis saber se depois da instalação



289 das gaiolas ainda houve furto, ao que a Sra. Juliana respondeu terem sido registradas apenas
290 tentativas de furto. Acrescentou que o quadro reduzido de segurança (os onze postos iniciais forma
291 reduzidos a quatro recentemente) e a constante troca de empresa facilitam essas ações que afetam o
292 patrimônio público. Então, a palavra foi concedida à Sra. Haluane que explicou que o estudo foi
293 realizado sempre considerando as formas mais econômicas. Destacou que a proposta não é vigiar ou
294 controlar ninguém, mas tão somente gravar a movimentação dos corredores, sem qualquer
295 manipulação, para serem consultadas somente quando e se necessário. Disse que as câmeras não
296 precisam de operador, sublinhando o quadro efetivo reduzido. Salientou que, devido ao fato de o
297 *campus* estar na iminência de mudança, também foi considerada a locação. No entanto, os maiores
298 custos se referem à infraestrutura para instalação, assim, a compra parece ser a melhor alternativa.
299 Enquanto o projeto era demonstrado para os presentes, a arquiteta falou do posicionamento fixo dos
300 equipamentos, com foco dirigido para as áreas de circulação (podendo ser colocados nas pontas ou
301 no meio dos corredores, além de uma câmera no 4º andar, na escada de acesso à laje, onde se
302 encontra o almoxarifado). Explicou que tal posicionamento não registraria o momento do furto de
303 projetores, por exemplo, mas a movimentação nos corredores. A Profa. Claudia Moraes
304 cumprimentou as responsáveis pelo bem elaborado estudo, no entanto, ponderou: ▪ que a
305 universidade, como instituição de ensino público, está baseada em princípios de confiança nas
306 pessoas e acredita que a educação é o meio para se atingir os objetivos sendo, portanto, sua maior
307 prioridade. Argumentou que o assunto não fora debatido, que as questões de segurança não tinham
308 sido discutidas por meio das ferramentas educacionais; e, ▪ que o orçamento reduzido sequer permite
309 a compra de equipamentos para fomentar a pesquisa, docência ou extensão, como gravar os eventos
310 organizados pelo *campus* ou entrevistas encaminhadas pelos projetos de pesquisas locais. Assim, o
311 valor apresentado de 145 mil reais lhe parecia um investimento inadequado. Terminou se
312 posicionando contrária à instalação de câmeras, citando a obra de Michel Foucault, “*Vigiar e Punir*”.
313 A presidente, então, esclareceu que o assunto estava sendo pautado por conta da demanda específica
314 da Procuradoria Federal e que a decisão tomada pelo colegiado deverá servir de resposta ao órgão
315 sobre a questão da segurança do patrimônio público. Portanto, julgava muito necessário o debate e,
316 assim, Já o Prof. Murilo quis saber sobre questões práticas, perguntando se havia alguma
317 comprovação sobre a eficácia desses sistemas que estão sendo muito utilizados por condomínios na
318 tentativa de conter furtos e vandalismos, ou seria apenas um modismo do mercado. Lembrou que o
319 primeiro caso de furto de projetores, ocorrido durante a sua gestão, acabou sendo solucionado.
320 Ponderou que em momentos de insegurança, é possível que sejam tomadas decisões súbitas, cujas
321 consequências podem não ser a contenção de furtos ou vandalismo, mas, principalmente, o
322 desconforto dos transeuntes. Ele também quis entender melhor as recomendações da Procuradoria
323 Federal e as exigências das empresas de segurança. A Sra. Juliana explanou que a recomendação da
324 PRF teve origem em outro caso de furto não solucionado e com relação às empresas de segurança, o
325 mesmo caso acabou não gerando a reposição dos bens furtados por falta de comprovação de falha
326 nos serviços de segurança. A Profa. Claudia Tessari corroborou o questionamento do colega sobre a



327 comprovação da eficácia desses equipamentos. O Prof. Bolívar se posicionou favoravelmente à
328 instalação das câmeras não só para evitar furtos e vandalismos, como outros atos de violência. A
329 Profa. Marina Gusmão concordou com a fala da Profa. Claudia Moraes e acrescentou que o
330 monitoramento por câmeras pode ter consequências outras, além de vigiar e punir. Ela também
331 discordou da contratação de segurança privada para cuidar do patrimônio público. No seu entender,
332 espera-se que a segurança pública garanta a preservação do patrimônio público. Terminou dizendo
333 que a PRF deveria exigir segurança pública antes de exigir segurança privada do *campus*. Já a Profa.
334 Nena lembrou que tais recomendações se referiam às responsabilidades das gestões e que, assim
335 como as seguradoras de veículos exigem alguns procedimentos mínimos para garantir o seguro, o
336 mesmo acontecia com as empresas de segurança que não poderiam garantir o sucesso de seus
337 trabalhos em ambientes muito frágeis. A professora encerrou sua fala preocupada com as
338 consequências em caso de ocorrências em face ao descumprimento dessa determinação. O Prof.
339 Fábio Luis também questionou a eficácia desse sistema de vigilância e sugeriu que medidas
340 alternativas fossem esgotadas, especialmente as mais exequíveis, como as “gaiolas” já instaladas. A
341 Sra. Rosângela explicou que as empresas de segurança ressarcem valores de bens furtados somente
342 em caso de falha de seus serviços e, por essa razão, os bens que estão dentro das salas são de
343 responsabilidade dos usuários, dificultando qualquer responsabilização dessas empresas em caso de
344 ocorrências. A presidente corroborou os questionamentos dos conselheiros e preocupou-se a relação
345 custo/benefício. **Por fim, em regime de votação, os conselheiros foram contrários à tomada de**
346 **decisão naquela sessão, por não se sentirem totalmente esclarecidos e convencidos sobre o**
347 **tema. Então, a presidente sentenciou que o assunto sobre a segurança no *campus* Osasco**
348 **devesse ser retomado em outra ocasião de forma a subsidiar a decisão que deveria ser tomada**
349 **com segurança, após amplo debate sobre todos os aspectos levantados (ideológicos, práticos,**
350 **econômicos, financeiros, etc).** O Prof. Fábio Luís sugeriu que o estudo mais aprofundado incluísse
351 soluções alternativas e Sra. Juliana esclareceu que a redução dos postos de vigilância se deu em razão
352 da substituição de vigias por porteiros, função mais adequada para o controle de acesso na portaria e
353 mais econômica do ponto de vista das despesas do *campus*, reduzindo em 10% o valor do contrato.
354 **5) Nota de Apoio à Casa do Empreendedor (Osasco)** – A presidente explicou que a Casa do
355 Empreendedor congrega facilidades para as pequenas empresas ao ponto de ter tirado da
356 informalização cerca de dez mil microempresas da região. A abertura e encerramento de empresas é
357 incrivelmente agilizada em razão da concentração de serviços da prefeitura. Declarou que ela e a
358 Profa. Cintia já encaminharam trabalhos de pesquisa em parceria com a Casa do Empreendedor e que
359 alunos da Eppen estagiam por lá, assim, o Sr. José Monção, responsável pelo local, se mostrava um
360 bom parceiro. Então, explanou que ele solicitava apoio à demanda que ele pretende apresentar ao
361 governador do estado para manter a Junta Comercial na Casa do Empreendedor, pois, o organismo
362 pretende sair e se isso se confirmar, será de grande prejuízo para a Casa do Empreendedor e seus
363 beneficiados. O Prof. Bolívar corroborou a impressão que a presidente tem da Casa do
364 Empreendedor, dizendo que os serviços concentrados são muito úteis e avaliou que a saída da Junta



365 Comercial, de fato, faria com que o local perdesse grande parte do seu sentido. O Prof. Murilo disse
366 desconhecer a situação que estava sendo apresentada e poderia solicitar maiores detalhes, no entanto,
367 dado o testemunho da presidente e de outros professores, se posicionou favoravelmente ao apoio.
368 **Assim, consultados em votação, os conselheiros foram favoráveis à moção de apoio à Casa**
369 **do Empreendedor pela permanência da Junta Comercial nas suas dependências, conforme**
370 **texto a ser redigido pela própria presidente e submetido à apreciação dos conselheiros**
371 **antes de ser divulgado. Então, tratou-se do último ponto da pauta, solicitado pela Eppen Jr:**
372 **6) Eppen Jr - Solicitação de espaço maior -** A Sra. Haluane explicou que a Eppen Junior, que
373 já ocupava a sala 307 e ao reivindicar mais espaço, tinha sido realocada na sala 317, box A (21 m²).
374 Então, sob nova gestão, solicitava mais uma troca, permanecendo na sala 317, porém, ocupando o
375 box D um pouco maior (27 m²). Ela recordou que o box D tinha sido uma das propostas sugeridas
376 quando da designação de novo espaço para a Junior mas, também, o box D era o único que podia
377 acomodar as coordenações, ainda que de forma um tanto apertada e terminou dizendo que a consulta
378 ora apresentada questionava a viabilidade técnica dessa troca, o que, em sua opinião, era existente,
379 porém, não seria o único ponto a ser considerado. A presidente, então, lembrou que os demais boxes
380 da sala 317 são de uso coletivo, mediante agendamento. Com a palavra, o Diretor Administrativo da
381 Eppen Junior disse que deveria ter encaminhado documento explicando as razões de tal solicitação,
382 mas, de qualquer forma, explicaria pessoalmente a demanda. Ele disse que a empresa júnior é
383 composta de cinco departamentos: Administrativo, Financeiro, Gestão de Pessoas, Projetos e
384 Eventos, e Marketing, contando com 42 membros que tem jornada de quatro horas semanais cada
385 um, sendo três delas obrigatoriamente a serem cumpridas no escritório, além da recepção de clientes.
386 Justificou, assim, que a empresa está constantemente de portas abertas e com pessoas transitando em
387 seu interior. Acrescentou que desde que ocupam o box A da sala 317, eles têm observado a
388 subutilização do box D. Mencionou que no último mês, o box D tinha sido usado apenas duas vezes.
389 Então, a Profa. Luciana quis confirmar que o box D também poderia, eventualmente, ser usado pela
390 Junior mediante reserva, como todos os demais usuários. Ela também ponderou que tal sala acomoda
391 todos os coordenadores, por exemplo, de modo que restringi-la a um único usuário seria complicado,
392 dada a falta de espaço enfrentada por todos os segmentos do *campus* Osasco. O representante da
393 Eppen Jr destacou terem no mínimo três reuniões mensais: ▪ geral, quando os 42 membros se
394 encontram; ▪ de departamento, para encontro dos dez representantes dos setores, e ▪ da diretoria,
395 quando os seis responsáveis se reúnem. Salientou que o fluxo diário de pessoas também é bastante
396 alto e que a proposta de troca parecia razoável, considerando que o box D está subutilizado. O Prof.
397 Zorzenon - tendo retornado da reunião em São Paulo já havia se juntado ao grupo - assumiu os
398 trabalhos enquanto a presidente se ausentou, abrindo as inscrições. A Profa. Claudia Moraes foi a
399 primeira a argumentar que a Congregação havia se debruçado ao estudo detalhado apresentado pelo
400 então Diretor Administrativo, Sr. Tarcísio, até chegar a essa distribuição do espaço. Lembrou que



401 foram consideradas as demandas da Atlética, *MQuant*, docentes e outros, sobre as considerações da
402 Comissão de Infraestrutura que já trabalhara exaustivamente sobre o tema. Lembrou, também, que os
403 cursos abriram mão do espaço de seus NDEs para compor salas de reuniões compartilhadas.
404 Resumiu que alterar o projeto inicial, que pensou em várias necessidades, por conta de uma demanda
405 seria algo desconstruído. Fabio Alexandre julgou legítimo o pedido e interessante o dinamismo
406 demonstrado pela empresa júnior. No entanto, ponderou que o box reivindicado não acomoda 42
407 membros, portanto, não atenderia a contento. Aproveitou para fazer duas recomendações: ▪ a
408 colocação de projetor naquele box, pois, a reunião das coordenações eram agendadas em salas de
409 aula por conta da falta de equipamento, justificando, assim, a parca utilização; ▪ a designação de
410 espaço para a pós-graduação, de modo que os estudantes dos programas de mestrado também tenham
411 espaço adequado para seus estudos. O representante da Eppen Junior, então, ponderou que a
412 designação do box D se deu em razão de todas os aspectos que estavam sendo considerados à época
413 e a demanda da gestão atual é baseada nos argumentos e necessidades pontuais já apresentados.
414 Acrescentou que a Junior precisa de espaço físico para armazenamento dos seus materiais. O Prof.
415 Zorzenon confirmou que os estudantes de pós-graduação já tinham solicitado tal espaço e tinham
416 sido orientados a protocolarem o pedido formal para ser encaminhado à Comissão de Infraestrutura
417 para análise de viabilidade. **Então, o presidente em exercício consultou os conselheiros em regime**
418 **de votação e com nove votos contrários e sete abstenções, a proposta de troca da Eppen Jr para**
419 **o box D foi rejeitado, assim, permanecendo a empresa júnior no box A da sala 317.** Encerrados
420 os trabalhos pelo presidente em exercício às 13h10min, a Profa. Luciana voltou ao recinto e
421 recomendou que a Eppen Junior entrasse em contato com as representações discentes para saber
422 sobre os assuntos ali debatidos, sobre os principais informes e para a inserção de itens de pauta. Eu,
423 Maristela Bencici Feldman, lavrei esta ata.

424 Osasco, 03 de junho de 2016.

425 _____
426 Prof. Dra. Luciana Massaro Onusic

427 _____
428 Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa

429 _____
430 Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz



431 Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira Filho _____

432 Profa. Dra. Cintia Rejane Möller de Araújo _____

433 Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari _____

434 Profa. Dra. Claudia Moraes de Souza _____

435 Prof. Dr. Douglas Mendosa _____

436 Prof. Dr. Fabio Alexandre dos Santos _____

437 Profa. Dra. Ismara Izepe de Souza _____

438 Prof. Dr. Fabio Alexandre dos Santos _____

439 Prof. Dr. Fabio Luis Barbosa dos Santos _____

440 Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet _____

441 Profa. Dra. Marina Gusmão de Mendonça _____

442 Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto _____

443 Profa. Dra. Nena Geruza Cei _____

444 Profa. Dra. Nildes Raimunda Pitombo Leite _____

445 Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda _____

446 Sr. Ricardo Vieira Bertoldo _____

447 Sra. Rosangela Rocha da Silva _____

448 Maristela Bencici Feldman _____